



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Requer informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, no sentido de esclarecer às denúncias realizadas por funcionários da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que a direção da Agência Brasil censurou notícia sobre a suspeita de fraude milionária na licitação do Governo Lula.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, quanto às denúncias realizadas por funcionários da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, que a direção da Agência Brasil censurou notícia sobre a suspeita de fraude milionária na licitação do Governo Lula.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1) A prática de censurar notícias especialmente em matérias sensíveis que envolvem o governo tem sido recorrente?
- 2) Como a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República responde às denúncias de censura de uma notícia sobre suspeita de fraude milionária na licitação do Governo Lula, realizadas pelos funcionários da EBC?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

- 3) Quais medidas a Secretaria está tomando para garantir a independência editorial e a liberdade de imprensa dentro da Agência Brasil e da EBC como um todo?
- 4) Existe alguma orientação ou diretriz da Secretaria de Comunicação Social para a EBC, no sentido de vetar ou censurar matérias que possam impactar negativamente a imagem do Governo?
- 5) Como a Secretaria de Comunicação Social vê a importância da transparência e da publicação de matérias que envolvem suspeitas de irregularidades no governo, mesmo que possam gerar repercussões negativas?
- 6) A Secretaria de Comunicação Social pretende investigar as denúncias de censura na EBC? Em caso afirmativo, qual será o procedimento para essa investigação?
- 7) Quais são os critérios utilizados pela Secretaria de Comunicação Social para determinar a publicação ou supressão de notícias que envolvem investigações de possíveis fraudes ou irregularidades no governo?
- 8) Como a Secretaria de Comunicação Social garante que a EBC esteja cumprindo seu papel de informar a população com transparência e isenção?
- 9) Qual é a posição da Secretaria de Comunicação Social sobre a alegação dos funcionários de que há uma prática recorrente de interferência nos conteúdos jornalísticos da EBC?
- 10) A Secretaria de Comunicação Social está ciente de outras situações semelhantes de suposta censura dentro da EBC? Se sim, quais ações foram tomadas em resposta a essas situações?





11) Qual é a mensagem da Secretaria de Comunicação Social para os jornalistas e funcionários da EBC que expressam preocupação com a liberdade de imprensa e a independência editorial na empresa?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro entenda como pertinentes, sobre o assunto em tela.

JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos dias, surgiram denúncias preocupantes vindas dos funcionários da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), que alegam que a direção da Agência Brasil censurou uma notícia sobre a suspeita de uma fraude milionária em uma licitação do Governo Lula. Essas acusações levantam questões sérias sobre a liberdade de imprensa e a transparência no jornalismo estatal.

Com base nas informações divulgadas pela imprensa¹, acusações de censura foram levantadas pelos funcionários da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) contra a direção da Agência Brasil. A alegação é que uma notícia sobre uma suposta fraude em licitação durante o Governo Lula foi suprimida. O episódio aconteceu na quarta-feira (10), quando uma licitação de grande porte da Secom do Governo Lula, no valor de R\$ 197 milhões, foi suspensa pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A EBC está subordinada à Secom.

A divulgação da informação foi feita pelos maiores portais de notícias do Brasil, com a exceção da Agência Brasil, que provê conteúdo textual e imagético para centenas de meios de comunicação. Jornalistas da EBC questionaram internamente a falta de cobertura sobre o assunto. Segundo relatos ao jornal O Globo, foi-lhes informado que a decisão da Agência Brasil foi de não mostrar o tema.

¹ <https://www.contrafatos.com.br/funcionarios-da-ebc-acusam-direcao-da-agencia-brasil-de-censurar-noticia-sobre-suspeita-de-fraude-milionaria-em-licitacao-do-governo-lula/>
#google_vignette





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 18/07/2024 12:28:05.433 - MESA

RIC n.2716/2024

Destaca-se, que os denunciante argumentam que essa decisão configura um ato de censura, pois impede a veiculação de informações de interesse público e compromete a independência editorial da Agência Brasil. Eles também afirmam que a interferência da direção da EBC nos conteúdos jornalísticos tem sido uma prática recorrente, especialmente em matérias sensíveis que envolvem o governo.

A suspeita de fraude na licitação envolve valores milionários e poderia ter um impacto significativo na percepção pública sobre a gestão de recursos públicos pelo Governo Lula. A decisão de não publicar a notícia, segundo os funcionários, contraria os princípios de transparência e responsabilidade que deveriam guiar o jornalismo estatal.

Ainda, a situação gerou grande repercussão e preocupação entre jornalistas, entidades de defesa da liberdade de imprensa e a sociedade civil. Diversas organizações têm se manifestado em apoio aos funcionários denunciante e cobrando explicações transparentes da direção da EBC.

Contudo, este episódio coloca em evidência a importância de um jornalismo independente e livre de pressões políticas, especialmente em instituições públicas de comunicação. A liberdade de imprensa é um pilar fundamental da democracia e garantir que informações de interesse público sejam devidamente apuradas e divulgadas é essencial para uma sociedade bem informada e crítica.

Pelo exposto, apresenta-se esse requerimento de informação, instrumentalizando a função fiscalizadora desse Parlamento.

Sala das Sessões, em de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

